



## Plenário vota competência para julgamento de conflito partidário

Projeto em pauta define atribuições da Justiça Eleitoral para julgar ações internas de legendas. Regulamentação da profissão de protesista também pode ser votada hoje

Um projeto que define as competências da Justiça Eleitoral para julgar ações sobre a validade de atos intrapartidários abre a pauta de votações de hoje do Plenário. O texto tramita em regime de urgência.

Outra proposta na ordem do dia regulamenta a profissão de protesistas e ortesistas ortopédicos.

Os senadores podem votar também projetos sobre segurança pública e educação. Uma das propostas proíbe o corte de recursos destinados para a segurança no Orçamento. Outras tratam da implantação de bibliotecas nas escolas de educação básica e da inclusão, nos currículos escolares, do tema educação alimentar e nutricional. **3**



Pedro França/Agência Senado — 12/7/2017

Proposta que trata das competências dos tribunais eleitorais abre pauta de votações do Plenário do Senado nesta semana

**Aumenta interesse no paraesporte, mostra pesquisa **6****

**Relator apresenta voto sobre petróleo do pré-sal **7****

**Formação de professores em discussão hoje **3****

**Comissão analisa MP sobre servidor de ex-territórios **2****

**Desmatamento zero é tema de sugestão popular **6****

Gerardo Magela/Agência Senado



Vice-presidente da CDH, Paulo Paim comanda audiência sobre efeitos do teto de gastos na segurança e na saúde

### Audiência: teto de gastos afeta saúde e segurança

O corte de recursos na segurança tem impacto direto na saúde pública, afirmaram especialistas que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Eles defenderam a revogação da

emenda constitucional que limita os gastos públicos, para que a área social possa receber mais investimentos. A audiência teve o objetivo de debater os efeitos do teto de gastos na segurança, com foco na saúde pública. **8**

### Presidente do Banco Central discute política econômica

A Comissão de Assuntos Econômicos recebe hoje o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. Ele vai debater as diretrizes e perspectivas da

política monetária nacional. A audiência, que será interativa, é prevista pelo Regimento Interno do Senado para ocorrer quatro vezes por ano. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Ilan Goldfajn falará sobre as perspectivas para a política monetária do país

### Notícia falsa e crimes pela internet geram debates sobre regulação



O Congresso do Brasil, a exemplo de outros países, vem debatendo o risco que a divulgação de notícias falsas causa à democracia e à dignidade das pessoas. Novas leis, recentemente aprovadas, e projetos em análise no Senado tratam de questões como difamação, violação de privacidade, apologia a crimes, especialmente de gênero, e vulnerabilidade de adolescentes aos conteúdos. **4 e 5**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Conselho de Comunicação Social promoveu em março debate sobre fake news

### Especialistas expõem desafios para retomada da economia no país

Para fortalecer a economia, o Brasil precisa efetivar reformas como a da Previdência, defendeu o economista Carlos Mussi em audiência na Comissão Senado do Futuro. Para Maria Lucia Fattorelli, são necessárias mudanças estruturais que melhorem a distribuição de renda. **7**

### Lei do Refis para pequenas e microempresas é promulgada

O programa de refinanciamento para empresas que optaram pelo Simples havia sido aprovado pelo Senado no final de 2017 e vetado na íntegra pelo presidente Michel Temer. O Congresso, no entanto, derrubou o veto na semana passada e a lei foi publicada ontem. **2**

# Promulgado Refis para pequenas e microempresas

Programa de refinanciamento de dívidas havia sido vetado na íntegra, mas o Congresso Nacional derrubou o veto na semana passada por reivindicação de setores ligados ao empreendedorismo

FOI PROMULGADA E publicada ontem no *Diário Oficial da União* a lei que institui o Refis para pequenas e microempresas. O programa de refinanciamento, permitido às empresas que optaram pelo Simples, regime simplificado de tributação, havia sido aprovado pelo Senado no final de 2017 (PLC 164/2017 — Complementar) e vetado na íntegra pelo presidente da República, Michel Temer (VET 5/2018). O Congresso Nacional, no entanto, derrubou o veto na semana passada, por reivindicação de setores ligados ao empreendedorismo.

A Lei Complementar 162/2018 abrange débitos vencidos até novembro de 2017 e exige pagamento de, no mínimo, 5% do valor da dívida, sem descontos, em até cinco parcelas mensais e sucessivas. O restante poderá ser quitado em até 175 parcelas, com redução de 50% dos juros, 25% das multas e 100% dos encargos



Jonas Pereira/Agência Senado - 3/4/2018

Veto ao Refis foi derrubado em sessão do Congresso na semana passada

legais. Para menor número de parcelas, o texto permitia descontos maiores.

O veto do presidente Temer foi ao projeto inteiro. A justificativa foi de que a medida feria a Lei de Responsabilidade Fiscal ao não prever a origem

dos recursos que cobririam os descontos. A decisão vinha sendo duramente criticada por parlamentares porque, em 2017, o governo sancionou a lei que garantiu refinanciamentos às grandes empresas. A nova lei já entrou em vigor.

## Roberto Muniz permanece no mandato de senador

Com a desistência do senador licenciado Walter Pinheiro (sem partido-BA) de se candidatar na próxima eleição e sua permanência na Secretaria de Educação da Bahia, o primeiro suplente Roberto Muniz (PP-BA) permanece no mandato.

Muniz havia anunciado a saída do Senado na quarta-feira, diante da sinalização do titular da vaga de que retornaria à Casa, o que não ocorreu.

Roberto Muniz assumiu a vaga em junho de 2016, quando Pinheiro aceitou convite do governador Rui Costa para assumir a Secretaria de Educação do estado.

Em nota, Pinheiro disse que optou por continuar contribuindo com a gestão estadual e que chegou o momento de concluir o seu ciclo parlamentar.

O mandato do senador termina em janeiro de 2019.



Roque de Sá/Agência Senado

Muniz chegou a se despedir dos demais senadores no Plenário

## Colegiado vota MP sobre servidores de ex-territórios

A comissão mista da medida provisória que regulamenta a integração nos quadros da União de servidores que trabalharam nos antigos territórios de Rondônia, Roraima e

Amapá, entre 1988 e 1993, deve votar hoje o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A MP 817/2018 regulamenta as Emendas Constitucionais 60, 79 e 98, que dispõem

sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis e militares que trabalharam nos ex-territórios.

Apresentado na terça-feira, o relatório de Jucá acatou 67 emendas das 125 que foram apresentadas.

A votação do texto não foi concluída por causa de um pedido de vista coletiva e um questionamento dos cálculos de impacto financeiro dos encargos da transferência. O relator afirmou que o texto contempla diversas categorias de servidores.

A reunião está prevista para 14h30 na sala 3 da Ala Alexandre Costa.

Após análise na comissão mista, a medida provisória tem que ser votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

## Telmário quer incluir pessoal em texto que transfere funcionários à União

Telmário Mota (PTB-RR) pediu em discurso ontem a inclusão de terceirizados e estagiários entre os servidores dos ex-territórios de Roraima, Rondônia e Amapá a serem beneficiados pela MP 817/2018. Ele lamentou que essa pauta seja usada como “moeda de troca” por políticos há várias eleições. Segundo Telmário, o então território de Roraima tinha como ponto forte o setor

primário. Hoje, na condição de estado, Roraima depende da chamada “economia do contracheque”. O senador lamentou que muitos servidores do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Legislativo não estejam contemplados no enquadramento.

— Exijo esse enquadramento de 10,3 mil pessoas. Tem que sair antes das eleições — disse Telmário.

## Comissão da MP de assistência a imigrantes vota plano de trabalho

Está marcada para hoje a apreciação do plano de trabalho da comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que dispõe sobre ações de assistência para acolhimento de estrangeiros que se refugiam no Brasil.

A MP 820/2018 prevê a criação do Comitê Federal de Assistência Emergencial para coordenar as políticas públicas a serem adotadas pelo governo federal para atender os migrantes, mediante liberação de recursos

para tratar de questões como saúde, educação, segurança pública e direitos humanos. O Decreto 9.286/2018, publicado em fevereiro, regulamenta o comitê, que será integrado por 12 ministros.

Inicialmente, a MP é voltada para atendimento dos venezuelanos que estão migrando em massa para Roraima. A prefeitura de Boa Vista estima que já recebeu mais de 40 mil refugiados em função da crise política e humanitária na Venezuela.

### DÊ SUA OPINIÃO

#### Projeto prevê abertura e fechamento de empresas por meio da internet

Projeto que tramita na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) prevê que a abertura e o fechamento de empresas poderá ser feito por meio da internet.

“O tempo e o volume de

documentos exigidos para a abertura de empresas no país atravancam o nosso ambiente de negócios”, afirma o autor do PLS 145/2018, senador José Agripino (DEM-RN).

Qual a sua opinião sobre o projeto? Vote em: <http://bit.ly/PLS145-2018>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

Comente também na página do Senado no Facebook: [facebook.com/senadofederal](https://facebook.com/senadofederal)

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Recursos da Cide**  
9h O PLS 11/2013, que destina recursos da Cide para infraestrutura de transportes coletivos, é um dos 17 itens da pauta.
- CDH Desmatamento zero**  
9h30 Audiência debate o desmatamento zero como medida de desenvolvimento.
- CAE Ilan Goldfajn**  
10h Audiência com o presidente do Banco Central sobre política monetária.
- CE Formação docente**  
11h A formação de professores é tema de audiência pública.
- CRA Fechamento de fábricas**  
11h Debate sobre possível fim de fábricas de fertilizantes da Petrobras em SE e BA.
- CMA Transgênicos**  
11h30 O PLC 34/2015, que desobriga os rótulos de alimentos de informar a presença de transgênicos inferior a 1% da composição, está entre os 13 itens da pauta.

- SESSÃO DELIBERATIVA Partidos**  
14h O PLS 181/2017, sobre julgamento de questões partidárias, abre a pauta.
- CCT Serviços de telefonia**  
14h30 Entre 28 itens em pauta, está o PLS 662/2011, que obriga telefônicas a dar informações mais claras sobre serviços.
- MP 810/2017 Informática**  
14h30 Comissão mista analisa relatório sobre a medida provisória que trata de incentivos ao setor de informática.
- MP 817/2018 Ex-territórios**  
14h30 Análise de relatório da MP sobre transposição de servidor de ex-território.
- MP 820/2018 Imigrantes da Venezuela**  
14h30 Comissão da MP sobre assistência a imigrantes da Venezuela avalia plano de trabalho.
- MP 811/2017 Petróleo do pré-sal**  
15h Análise de relatório da MP sobre venda do petróleo do pré-sal da União.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>  
 • Alô Senado: 0800 612211  
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
 • Facebook: [senadofederal](https://facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
 • TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Plenário avalia resolução de questões partidárias

Projeto na ordem do dia define competências da Justiça Eleitoral para julgamento de atos internos dos partidos. Outra proposta em pauta regulamenta profissão de protesista

O PLENÁRIO PODE votar hoje um projeto que define competências da Justiça Eleitoral para a resolução de questões partidárias. O Projeto de Lei do Senado 181/2017 — Complementar, de Romero Jucá (PMDB-RR), é o primeiro item da pauta e tramita em regime de urgência.

A proposta estabelece que julgamentos de questões internas dos partidos deverão caber ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ou a um juiz eleitoral em função, respectivamente, de participação, intervenção ou ato baixado pelo órgão nacional, estadual ou regional, municipal ou zonal de partido político.

## Segurança

Os senadores podem votar ainda um projeto da pauta de segurança pública. O PLS 90/2007 — Complementar proíbe a limitação de empenho dos recursos destinados à segurança pública no Orçamento. A proposta, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tramita com urgência.

Outro texto em pauta é o que regulamenta as profissões de protesistas e ortesistas orto-



Senado abre as votações da semana com propostas sobre educação, partidos políticos, regulamentação profissional e verbas para segurança pública

pédicos. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 121/2015 define como protesista ou ortesista o profissional que toma medidas e confecciona órteses e próteses, bem como palmilhas e calçados ortopédicos, sempre de acordo com prescrição de médico, fisioterapeuta ou terapeuta ocupacional.

Como parte de suas atividades, o protesista pode ainda acompanhar e manter registro de todos os dados sobre o aparelho e instruir pacientes e cuidadores quanto a medidas de higiene, manutenção e uso correto de equipamentos.

A proposta, do deputado

Onyx Lorenzoni (DEM-RS), já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas precisou ser reavaliada pelo colegiado em razão de emenda apresentada pelo senador Humberto Costa (PT-PE). A emenda, porém, teve parecer pela rejeição do relator, senador Otto Alencar (PSD-BA).

A alteração de Humberto retirava do texto o trecho que torna privativa de médicos as atividades de prescrever, avaliar, aprovar e supervisionar a confecção e a utilização de órteses e próteses. Segundo o senador, não haveria amparo

técnico para a restrição, pois fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais também têm conhecimentos técnicos necessários para a realização dessas atividades.

Há requerimentos a serem votados em Plenário para que a proposta seja analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

## Educação

Também constam da pauta dois projetos sobre educação. Um deles determina que os currículos dos ensinos fundamental e médio terão que incluir o tema educação

alimentar e nutricional nas disciplinas de ciências e biologia, respectivamente (PLC 102/2017). A intenção é assegurar aos alunos informações sobre alimentação saudável e reduzir a obesidade infantil.

O outro estabelece uma série de medidas para incentivar a implantação de bibliotecas de qualidade nas escolas. O PLC 28/2012 estabelece que as bibliotecas das escolas de educação básica deverão ter no mínimo 80 metros quadrados e equipamentos de acessibilidade e conforto térmico e acústico, além de iluminação adequada.

## Presidente do Banco Central discute hoje política monetária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouve hoje o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. O objetivo da audiência pública interativa é debater as diretrizes, a implementação e as perspectivas da política monetária do Brasil.

O Regimento Interno do Senado Federal prevê que a comissão promova audiências públicas regulares com o titular do Banco Central para discutir temas relativos à política monetária. Elas ocorrem preferencialmente nos meses de fevereiro, abril, julho e outubro.

O presidente da Comissão é o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e o vice-presidente



Ilan Goldfajn será ouvido na CAE sobre ações e planejamentos

é o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Qualquer pessoa pode participar da audiência pública com perguntas, críticas e sugestões.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Audiência vai debater formação de professores

A Comissão de Educação (CE) promoverá audiência pública hoje para tratar da formação de professores. A discussão terá como foco as medidas relacionadas à nova Política Nacional de Formação de Professores anunciadas pelo Poder Executivo. O objetivo do debate é detalhar o plano proposto pelo governo.

No fim de fevereiro, o governo federal anunciou investimento de R\$ 1 bilhão para a criação de novas vagas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), do Programa de Residência Pedagógica e da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A intenção é investir mais recursos na valorização

dos docentes no país.

A sugestão da audiência é da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), que espera ouvir especialistas em educação e gestores públicos para contribuir com possíveis recomendações à nova política.

“É dever do Legislativo acompanhar, fiscalizar e promover ações que visem à melhoria da política de fomento à educação, ainda mais diante da necessidade de reforçar ações para a educação básica ofertada. Essa é prioridade para o país”, argumentou a senadora ao requerer a audiência.

Foram convidados para o debate o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras,

Benedito Guimarães Aguiar Neto, as representantes do Conselho Nacional de Educação Malvina Tania Tuttman e do Movimento Todos pela Educação Carolina Tavares, a diretora-substituta de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Ministério da Educação, Evilen Campos, e a coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, Josenilda Maués.

A reunião está marcada para às 11h, na sala 15 da Ala Alexandre Costa, no Anexo 2 do Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Comissão vota MP sobre isenção para empresas de informática

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 810/2017 deve votar hoje o relatório do deputado Thiago Peixoto (PSD-GO), favorável à aprovação. A MP ampliou o prazo para que empresas de informática beneficiadas com isenção de impostos invistam parte de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

A medida provisória ampliou de 3 para 48 meses o prazo para

as empresas brasileiras, beneficiadas com incentivos fiscais associados a investimentos em P&D, reinvestirem valores pendentes. O texto altera a Lei da Informática Nacional e a Lei da Suframa (Leis 8.248 e 8.387, ambas de 1991).

As duas normas concedem incentivos fiscais para empresas do setor de tecnologia: redução ou isenção do Imposto sobre Produtos Industria-

lizados (IPI), depreciação acelerada de maquinário e vantagens na contratação pela administração pública. Em troca, pelo menos 5% do faturamento bruto da empresa com a comercialização dos produtos deve ser investido em P&D. Outra contrapartida é a apresentação de relatórios anuais com demonstrativo de aplicação dos recursos.

Das 52 emendas apresenta-

das por deputados e senadores, apenas 21 foram acolhidas pelo relator. Entre as alterações, está a redução de recursos destinados às instituições científicas, tecnológicas e de inovação das próprias empresas beneficiadas com a Lei de Informática. A emenda aceita pelo relator determina que, a partir de 2022, só poderão ser investidos 40% do total dos recursos nessas entidades.

Outra alteração é o prazo de até cinco anos para que o relatório das empresas beneficiadas seja aprovado ou rejeitado. A exigência do envio anual do documento foi mantida.

Depois de passar pelo colegiado, a MP terá de ser votada nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

O presidente da comissão mista é o senador Paulo Rocha (PT-PA).

# Manipulação de dados e notícias falsas põem internet em xeque

Senado vem debatendo o risco das *fake news* à democracia e às eleições, e questões como difamação, violação de privacidade, apologia a crimes e vulnerabilidade de crianças e adolescentes aos conteúdos

HOJE O BILIONÁRIO Mark Zuckerberg terá que depor no Senado dos Estados Unidos, um sinal claro de que a sociedade e o Estado querem de volta parte do poder conquistado nas últimas duas décadas pelos gigantes da tecnologia das comunicações. Amanhã Zuckerberg também deverá explicar à Comissão de Energia e Comércio da Câmara do país a utilização de dados e informações pessoais de 87 milhões de usuários do Facebook, entre os quais 443 mil brasileiros, em estratégia de manipulação eleitoral empreendida pela consultoria Cambridge Analytica.

A iniciativa do parlamento norte-americano não é isolada. Apesar da cultura liberal e avessa a controles estatais que norteia a internet em seu formato atual, são constantes os esforços de instituições tradicionais, como a Comissão Europeia, para regular o compartilhamento de conteúdos em rede.

No Brasil, o Senado tem se mobilizado em torno do assunto: em 21 de março, por exemplo, o Plenário foi transformado em sessão temática para tratar de notícias falsas, por iniciativa de Telmário Mota (PTB-RR). O senador sugeriu a criação de

delegacias especializadas para dar celeridade na investigação das notícias falsas propagadas na internet, tanto sobre o autor como sobre quem reproduz o conteúdo.

— Se criássemos esses juízos especiais para isso, com delegacias especiais, em 72 horas nós teríamos já a punição ou a localização do responsável — observou.

O debate teve a participação de autoridades como o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Tarcísio Vieira, para quem as chamadas *fake news* foram apontadas como um dos desafios das eleições de 2018, ao lado do financiamento de campanha e do voto impresso.

O TSE tem um conselho consultivo de combate às *fake news* nas eleições, explicou Vieira. Para ele, apesar da dificuldade do Judiciário em lidar com o tema, a legislação brasileira avançou bastante com o Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014), que prevê punição para a divulgação de notícias falsas, e a reforma política aprovada em 2017, que trata da questão.

Para o presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital e procurador do Ministério Público

do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Frederico Ceroy, o combate às notícias falsas passa pela checagem da informação para derrubada do conteúdo por meio dos termos de uso e política de privacidade. Ele apoia a ação conjunta das autoridades com as plataformas e sugere a legislação alemã como modelo.

## Adolescentes

O tema já chamava atenção dos senadores no ano passado. — A internet tomou conta da vida da gente — observou Regina Sousa (PT-PI) ao abrir, em 29 de junho, uma reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH), da qual é presidente, sobre o uso da internet e o aumento dos crimes no ambiente cibernético.

A preocupação era com a vulnerabilidade de crianças e adolescentes às ocorrências de automutilação e suicídio ligadas ao desafio chamado Baleia Azul. — Os pais não podem terceirizar a educação dos filhos, repassar para as escolas — reforçou José Medeiros (Pode-MT).

Em 6 de dezembro, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) discutiu o projeto de Ciro Nogueira (PP-PI) que propõe “a suspensão do funcionamento ou o bloqueio de acesso de aplicação de internet que incentive ou promova a prática de crime” (PLS 169/2017). O projeto muda o Marco Civil da Internet e chega a prever o bloqueio absoluto para sites hospedados fora do Brasil.

Uma forma de melhorar o ambiente na web é a criação de canais de denúncias e formação de pactos entre organismos da sociedade civil, empresários e o poder público, segundo Thiago Tavares, diretor-presidente da SaferNet Brasil, presente ao debate. Em 12 anos, a ONG recebeu 3,9 milhões de denúncias de conteúdo criminoso ou abusivo em seu canal. Tavares considera mais produtivo retirar conteúdos específicos, por meio de decisões judiciais, do que bloquear páginas, como uma garantia da liberdade de expressão.

A lei já não exclui da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, observou a procuradora regional da República e coordenadora do Grupo de Trabalho de Enfrentamento aos Crimes Cibernéticos, Neide Cardoso de Oliveira. Ela disse



Regular o compartilhamento de conteúdos na rede de computadores é um desafio que tem gerado debates em diversos países



Telmário sugere a criação de delegacias especializadas em investigar *fake news*

acreditar que propostas nessa linha nasceram de resistências do Whatsapp a entregar dados à Justiça.

A retirada de conteúdo, com identificação dos infratores, é o que também prefere o presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), Demi Getschko. Dentro da linha de que se deve punir o criminoso e não plataformas usadas por bilhões de usuários, ele chamou atenção para a dificuldade do controle de conteúdos no ambiente volátil da rede.

— Se você tem um site considerado inadequado, o mais provável é que ele se dilua em muitos sites, e você não vai tapar todos.

Em entrevista à Agência Senado, Getschko elogiou o Marco Civil da Internet, que tem como fundamentos a liberdade de expressão e o uso responsável da rede.

— É uma lei que desde o começo recebeu o aplauso internacional dos que entendem do assunto. O fundamento do marco civil é preservar os conceitos originais da internet e, portanto, gerar um arcabouço de direitos e deveres dos internautas. Eu teria medo de uma alteração sem uma introspecção profunda.

Em boa parte dos 32 artigos do marco, os legisladores optaram por fixar as diretrizes a serem seguidas na rede. A norma prevê um grupo restrito de punições relacionadas com infrações à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos

registros, mesmo que o responsável pelo serviço ou aplicação que armazenou as informações que opere por meio de filial ou de representação no Brasil.

## Cooperação

Seja como for, o Poder Judiciário tem como exigir o fornecimento de dados necessários a investigações criminais. Foi o que fez a Justiça Federal ao aplicar na semana passada uma multa de R\$ 111,7 milhões ao Facebook “por não colaborar com a Operação Maus Caminhos, da Polícia Federal, que investiga desvios de verbas na saúde”, conforme publicado o jornal *Folha de S.Paulo*.

Segundo a *Folha*, a empresa pede que o pedido de informações de usuários seja feito pelo Brasil diretamente ao governo dos Estados Unidos. A cooperação internacional é, portanto, uma variável a ser mais bem equacionada. O procurador regional da República Vladimir Aras disse na CCT que há momentos em que a polícia, o

Poder Judiciário e o Ministério Público são demandados a investigar “crimes gravíssimos”, que atingem pessoas no Brasil e no exterior, mas a investigação fica “impedida, em função de dificuldades técnicas reais e de falsas dificuldades jurídicas”.

No Brasil, os crimes cometidos na internet são puníveis de acordo com leis que modificaram o Código Penal. É o caso da Lei 12.737, de 2012, conhecida como Lei Carolina Dieckman, em homenagem à atriz que teve fotos íntimas publicadas sem sua autorização. Invadir dispositivo com o fim de obter, adulterar ou destruir dados é um delito que pode levar a detenção de três meses a um ano e multa. Divulgar o conteúdo pode aumentar a pena de um a dois terços.

Na semana em que foi celebrado o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, o Senado aprovou projetos de combate à violência de gênero. Um deles, o PLC 186/2017, delega à Polícia Federal a atribuição de investigar

crimes associados à divulgação de mensagens de conteúdo misógino (propagação de ódio ou aversão às mulheres) pela internet. O projeto foi convertido na Lei 13.642, de 2018.

Otra proposta, o PLC 18/2017, determina a reclusão de dois a quatro anos, mais multa, para quem cometer o crime de “vingança pornográfica” — o registro ou divulgação de cenas de intimidade sexual, sem autorização de um dos envolvidos. A proposta retornou à Câmara.

## Apologia

Os senadores têm pela frente projeto enviado pela Câmara, o SCD 2/2018, que pune a divulgação de imagens de estupro. O texto, aprovado em 7 de março, é um substitutivo ao PLS 618/2015, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O projeto da senadora foi mesclado a outros textos, de modo que o substitutivo também prevê a punição para quem publicar cenas de sexo e nudez desautorizadas e para a apologia ou incitamento ao estupro.

Vanessa lembra que a reação de internautas contribuiu para que ela avaliasse a dimensão dos casos de estupro coletivo ocorridos em 2015 e elaborasse o projeto. O crime se tornou conhecido porque os estupradores divulgaram as cenas em rede social, assinala.

Há menos de um mês, o país viveu uma junção especialmente controversa de notícia falsas com

intolerância política e ideológica depois do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco. O rastro da campanha difamatória contra a parlamentar nas redes sociais foi contido apenas depois de uma campanha legalista movida pelos próprios internautas. A veradora do PSol foi acusada, por exemplo, de ter ligações com traficantes de drogas e terroristas.

Estudo acadêmico feito pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) mostra que uma notícia falsa tem muito mais chance de se propagar que uma verdadeira. Outro trabalho, feito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), relaciona radicalização política com notícias falsas.

O Conselho de Comunicação Social do Congresso estuda propostas para coibir a prática, como informou o presidente do colegiado, o cientista político Murilo de Aragão. Entre elas está o projeto (PLS 473/2017), de Ciro Nogueira, sobre a criação de mecanismo para identificar quem posta informações falsas nas redes sociais e a responsabilização das plataformas digitais pela disseminação do material. Outra proposta em debate, a Sugestão 62/2017, é mais específica. O texto, apresentado por meio do projeto Jovem Senador e relatado por Telmário na CDH, prevê punição a provedores que descumprirem ordem judicial de retirar conteúdo falso da rede.

## Golpe em compra na internet: o que fazer

Caso tenha sofrido um golpe ou transação suspeita, quanto mais rápido agir maior as chances de recuperar o dano.

### CONHEÇA O PASSO A PASSO:

- 1 Registre imediatamente a reclamação no site
- 2 Recupere os registros e protocolos para entrar em contato com a empresa
- 3 Registre as reclamações:
  - em sites de consumidores (Ex: <http://www.reclameaqui.com.br>)
  - no site do Procon / Ministério da Justiça (<http://consumidor.gov.br>)
- 4 Caso haja fraudes em sua conta bancária ou cartão de crédito, comunique imediatamente seu banco para cancelar as transações e registre o boletim de ocorrência na delegacia
- 5 Mantenha seu antivírus sempre atualizado também para bloquear programas maliciosos. Usando software livre você pode diminuir a vulnerabilidade a golpes e ataques
- 6 Nunca passe informações de senhas bancárias por telefone, pois dificilmente o banco fará esse tipo de pedido. Na dúvida, procure sua agência bancária
- 7 Verifique com frequência seu extrato para evitar surpresas e denunciar qualquer transação suspeita assim que tomar conhecimento. <http://new.safernet.org.br/node/20>

### LINKS RELACIONADOS

PagSeguro: <https://pagseguro.uol.com.br>  
PayPal: <https://www.paypal.com/pt/home>  
BitCoin: [https://bitcoin.org/pt\\_BR](https://bitcoin.org/pt_BR)

### A falsa história do Dr. Vinay Goyal

Baseadas no apelo ao alarmismo, notícias falsas têm um grande poder de atrair atenção e de se disseminar por meios digitais

Texto postado em páginas da internet e enviado por mensagem desde 2016 adverte para um surto da gripe A (vírus H1N1) em abril anunciado pelos jornais

Nenhum alerta foi emitido por organizações sérias, como a OMS. Surto e epidemias são pratos feitos para alarmismo

Um certo Dr. Vinay Goyal, urgentista reconhecido mundialmente, diretor de um departamento de medicina nuclear, tiroídica e cardíaca, pede que se divulgue o alerta

Embora “reconhecido mundialmente” nenhuma pesquisa chega a um médico com esse nome ou ao tal “departamento de medicina”. Quem fabrica a notícia falsa procura incluir nela um elemento de autoridade e confiabilidade, no caso o título de doutor

“O problema real não é tanto o contato com o vírus, mas a sua proliferação”, diz a mensagem

A frase não faz sentido, já que tanto o contato com o vírus quanto a sua proliferação são aspectos importantes do problema. Uso de frases ambíguas é proposital para mobilizar o leitor mediante conteúdo que pareça tecnicamente embasado

“Estas precauções, relativamente simples, não são divulgadas suficientemente na maior parte das comunicações oficiais. Por que será? Por ser barato demais e não haver lucros?”

As comunicações oficiais são plenas de explicações e providências, inclusive daquelas mais simples. Organizações como a OMS não visam ao lucro. Apelar para uma conspiração que envolve sede de lucro no campo da saúde é um dos ingredientes de uma notícia falsa

Lave as mãos frequentemente. Evite, na medida do possível, tocar no rosto com as mãos, alerta

A higienização das mãos e a proteção das mucosas da boca é uma das recomendações para evitar a contaminação pelo vírus. Um ingrediente verdadeiro ajuda a sustentar a notícia falsa

“Faça gargarejos com água morna e sal. Use potes para limpeza nasal, um costume milenar da Índia”

Não está entre as recomendações das organizações de saúde. A menção a um cuidado típico da vida caseira ou de uma cultura milenar familiar induz o leitor a confiar no texto

“Tome vitamina C, de preferência com zinco, para ajudar na absorção”

Não está entre as recomendações das organizações de saúde. O mito de que vitamina C previne gripe ajuda a sustentar a notícia falsa. O acréscimo do zinco, um dos minerais da moda, traz a contribuição da onda de suplementos vitamínicos. Um interesse comercial pode estar atrelado a esse trecho

“Beba chá, café, infusões etc. As bebidas quentes limpam os vírus na garganta e os depositam no estômago onde o PH ácido evita a sua proliferação”

Não há base científica para essas afirmações. Um interesse comercial pode estar atrelado a esse trecho

Alerta: a notícia falsa pode ter um ou vários objetivos atuando em conjunto: expor o leitor a publicidade explícita ou subliminar; aumentar as visualizações de uma página, mecanismo conhecido como *caça-cliques*; disseminar vírus; fazer espionagem; e até abrir portas para golpes.

Elaborado com base em Boatos.Org

### Saiba mais

**Marco Civil (Lei 12.965, de 2014)**  
<http://bit.ly/marcoCivillnternet>

**Sites para checar fake news**  
<http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>  
<http://www.boatos.org>

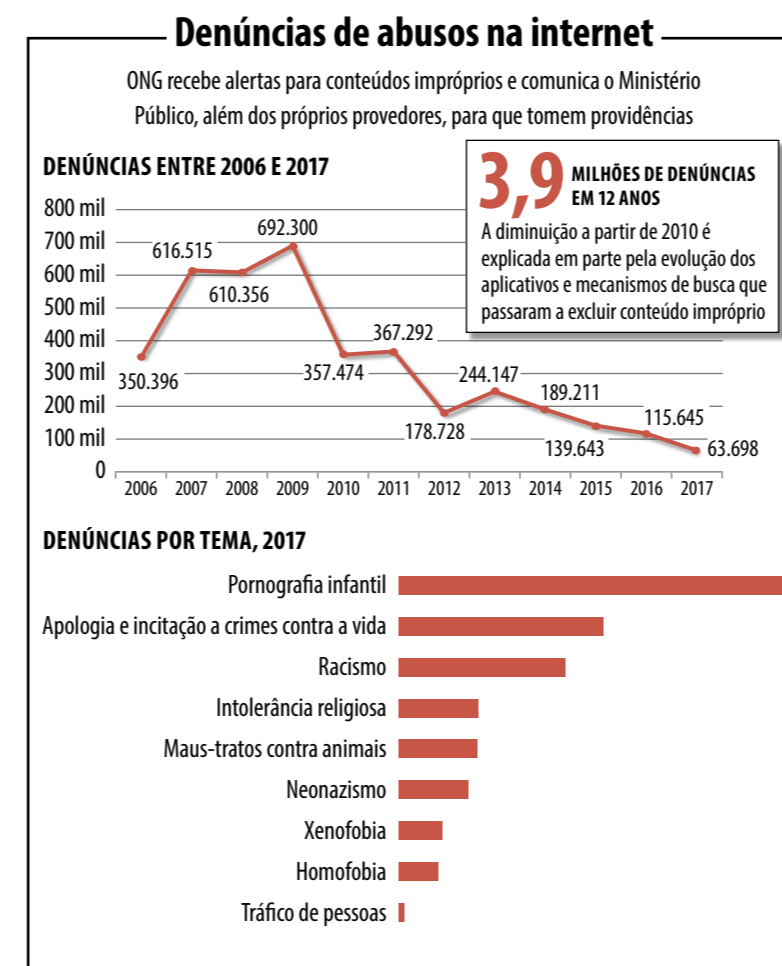
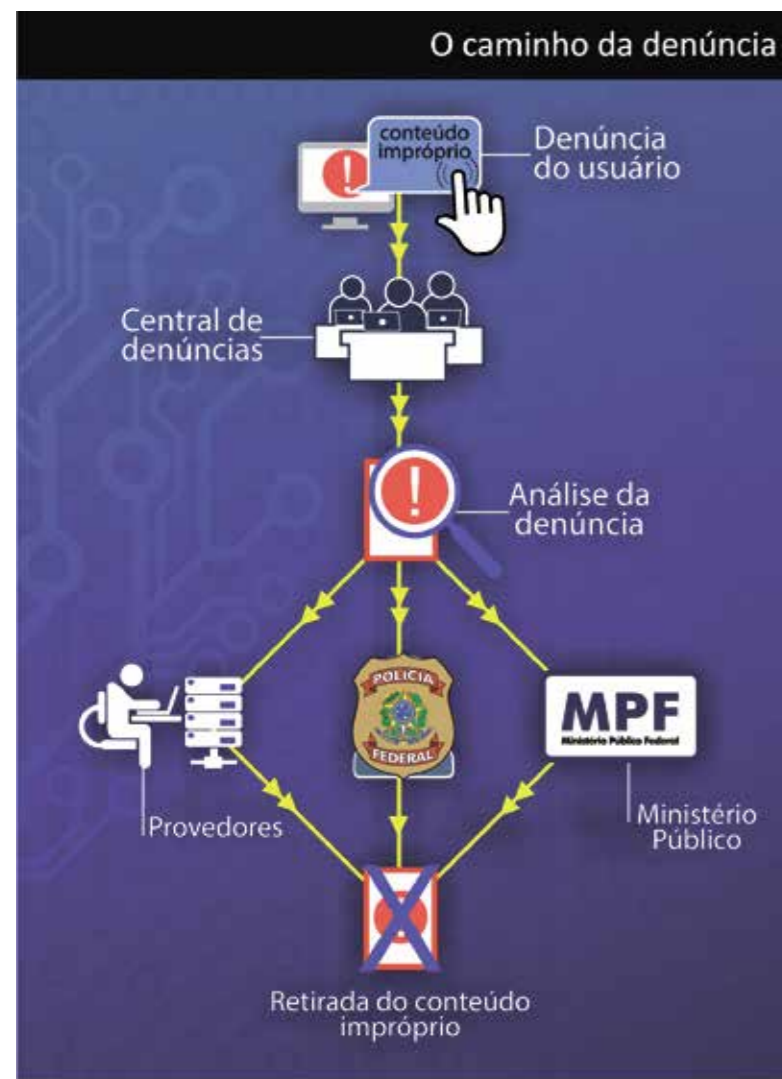
**Lei contra conteúdo misógino**  
<http://Lei13642>

**Sugestão legislativa sobre punição a provedores**  
[bit.ly/sugestao62](http://bit.ly/sugestao62)

**PLS 473/2017 (Ciro Nogueira)**  
[bit.ly/PLS473](http://bit.ly/PLS473)

**PLS 618/2015 (Vanessa Grazziotin)**  
[bit.ly/PLS618](http://bit.ly/PLS618)

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



# Estudo: para esporte tem mais visibilidade, mas falta verba

Pesquisa do DataSenado mostra que o interesse pelas modalidades adaptadas aumentou depois que o Rio sediou a Paralimpíada em 2016. Atletas, porém, cobram mais investimentos do governo no setor

A PARALIMPÍADA RIO 2016 aumentou o interesse dos brasileiros por modalidades adaptadas e levou mais gente a superar limitações e praticar esportes, mas o investimento governamental no setor continua insuficiente. Essa é a percepção da maior parte dos 607 paratletas ouvidos na pesquisa *Paratletas e o Esporte Paralímpico no Brasil*. O estudo foi feito pelo DataSenado em parceria com o gabinete do senador Romário (Pode-RJ).

Os paratletas foram ouvidos entre 19 e 29 de dezembro de 2017. Essa é a segunda rodada da pesquisa. A primeira foi

feita antes da paralimpíada, em julho de 2016, e mostrou a expectativa dos atletas para os jogos.

Na pesquisa recém-divulgada, 53% dos entrevistados avaliaram que a prática de esporte por pessoas com deficiência aumentou depois da paralimpíada no Rio. Na primeira rodada, 95% dos entrevistados acreditavam que os jogos incentivariam a prática de esportes entre essas pessoas.

Mais da metade dos entrevistados, 52%, também disse que após os jogos aumentou o interesse da população pelo

esporte paralímpico. Apesar disso, a maioria acha que o governo não investe o necessário nesse tipo de esporte. Na opinião de 88% dos paratletas, os investimentos são insuficientes. Na primeira rodada, em 2016, o percentual dos que julgavam os investimentos insuficientes era de 83%.

As fontes de recursos mais conhecidas pelos entrevistados foram o Bolsa Atleta (97% disseram conhecer) e a Lei de Incentivo ao Esporte (76%). Grande parte dos entrevistados (45%) recebe ajuda do Bolsa Atleta. Em segundo lugar, vêm as empresas privadas, que patrocinam 19% dos entrevistados. Para 66% dos atletas, foi difícil obter o auxílio financeiro.

A pesquisa também mostra a avaliação dos atletas sobre o desempenho do Brasil nos jogos paralímpicos. Os que consideraram o desempenho melhor que o esperado somam 41%, contra 37% que avaliaram o desempenho equivalente ao que era esperado e 21% que consideraram pior que o imaginado antes do evento.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Capiberibe pediu a audiência para discutir sugestão legislativa

## Desmatamento zero e impactos socioambientais em debate hoje

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) deve discutir hoje o desmatamento zero como um meio para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil. O debate foi solicitado pelo senador João Capiberibe (PSB-AP).

Acabar com o desmatamento é tema da Sugestão Legislativa 6/2015, que institui o desmatamento zero no país e dispõe sobre a proteção de florestas nativas. A sugestão, endossada pelo Greenpeace e outras entidades em defesa do meio ambiente, teve o apoio de mais de 1,4 milhão de pessoas e é relatada por Capiberibe na CDH. Se aprovada pelos senadores, pode virar projeto de lei.

Para Capiberibe, cumprir as leis vigentes, como o Código Florestal, não é suficiente. Ele

alega que o desmatamento, particularmente na Amazônia, continua a ser uma das principais fontes de emissão de gases do efeito estufa. A continuação da derrubada de florestas, disse, pode colocar em risco a produção agropecuária e afetar a geração de energia hidrelétrica e o abastecimento de água rural e urbano.

Foram convidados representantes do Greenpeace, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, do Observatório do Clima e do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Fernando Nobre/Secretaria de Educação do Pará

Pesquisa comparou opiniões de paratletas antes e depois de Paralimpíada

## Proposta aumenta a pena para extração ilegal de recurso mineral

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) pode votar hoje projeto que agrava a pena para quem extrai recursos minerais sem autorização, permissão, concessão ou licença ou em desacordo com a liberação obtida do poder público.

Do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), o PLS 63/2017 determina que os infratores, hoje punidos com seis meses a um ano de detenção pela extração ilegal de recursos minerais, passem a receber a pena de um a cinco anos de reclusão, mantida a multa. O senador justifica a adoção do tratamento mais rigoroso diante do crescimento da

extração irregular de areia de vales, rios e matas ciliares.

O projeto conta com o apoio do relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC). Para ele, o texto é uma forma de proteger o meio ambiente, pois oferece “mais força intimidatória à lei ambiental”.

A proposta tramita em caráter terminativo e, se aprovada na comissão e não houver recurso, seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

A CMA também deve analisar o projeto que incentiva a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas para o consumo humano no semiárido (PLS 259/2015).

## Comissão vota descarte correto de óleo culinário

Está na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA) projeto que estabelece o descarte ambientalmente adequado do óleo de cozinha. Hoje o resíduo costuma ser despejado no ralo da pia, o que contribui para entupir as instalações sanitárias (como as caixas de gordura) e as redes de esgoto.

“Óleo de cozinha jogado nas águas chega a contaminar em torno de até 10 mil litros de água. Então é uma política não muito difícil de fazer e que vai contribuir para o meio ambiente”, disse o senador José Medeiros (Pode-MT), autor do projeto (PLS 75/2017).

A proposta altera a Política

Nacional de Resíduos Sólidos para incluir o óleo de cozinha e demais gorduras de uso culinário na lista de produtos do sistema de logística reversa. A intenção é repassar a responsabilidade pela coleta, pelo reaproveitamento e pelo descarte correto desses materiais para os fabricantes.

### Emendas

O relator do projeto, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), recomendou a aprovação com duas emendas. Uma delas prevê a elaboração de estudos de impacto ambiental e econômico pelo poder público, em parceria com o setor empresarial. A outra é a recomendação de que a

logística reversa seja implementada gradativamente nos municípios. Essa ação teria de levar em conta aspectos populacionais, econômicos, de saúde pública e saneamento básico, a serem detalhados em regulamentação futura.

A expectativa é que a iniciativa traga impactos positivos sobre a coleta e a reciclagem de óleos e gorduras comestíveis. No parecer, Cristovam afirma que o processamento ambientalmente adequado não chega a 5% do volume descartado.

Se for aprovado e não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o projeto será enviado à Câmara dos Deputados.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Rumos da economia preocupam especialistas

Crescimento da dívida pública, má distribuição de renda e instabilidade política foram alguns dos temas abordados ontem por convidados da Comissão Senado do Futuro

ESPECIALISTAS OUVIDOS ONTEM pela Comissão Senado do Futuro mostraram-se preocupados sobre os rumos que o país está seguindo para recuperar e fortalecer a economia. O diretor em Brasília da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Carlos Mussi, disse que, se o Brasil não fizer reformas, especialmente a da Previdência, continuará desigual e sem grandes perspectivas para as futuras gerações. Já a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, defendeu que a real mudança só virá com transformações estruturais na política econômica, que enfrentem, por exemplo, a desigualdade na distribuição de renda.

— Nona economia mundial, pior distribuição de renda, 79º lugar no ranking dos direitos humanos. Enquanto isso não mudar, não podemos parar de lutar, de denunciar esse modelo, essa opção equivocada — disse Maria Lucia.

A economista advertiu que, com a Emenda Constitucional 95/2017, que estabeleceu o teto de gastos no setor público, o crescimento da dívida está



Julio Miragaya, Maria Lucia Fattorelli, Ulisses Riedel, Hélio José, Carlos Mussi e José Luis Oreiro durante debate

engolindo todos os recursos que seguiriam para educação, saúde, transportes, defesa e obras, entre outras áreas. Ela afirmou que a dívida continua crescendo a um ritmo vertiginoso: o país gastou cerca de R\$ 1 trilhão com a dívida pública em 2014, enquanto o Orçamento da União para 2018 prevê um gasto de R\$ 1,7 trilhão.

— E isso não inclui todas as manobras contábeis que estamos descobrindo com o uso de títulos públicos — afirmou.

Maria Lucia acusa o Executivo de mascarar as operações com títulos para “não tornar

público o que está sendo desviado do Orçamento para alimentar o sistema financeiro”.

O representante da Cepal afirmou que, em termos internacionais, a dívida pública brasileira não está entre as mais elevadas, embora seja a maior na América Latina. O problema mais grave, segundo ele, são as altas taxas de juros, que agravam o endividamento.

## Desenvolvimento

Mussi defendeu a necessidade de o país fazer reformas, como a da Previdência, para se aproximar dos índices de produtividade e desenvolvi-

mento humano dos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

— Hoje as crianças brasileiras são muito mais pobres do que a média da OCDE — disse.

A pesquisa Focus, do Banco Central, projeta um crescimento da economia de 2,8% neste ano e de 3% em 2019.

O presidente da Comissão Senado do Futuro, senador Hélio José (Pros-DF), ao ler comentários dos internautas que enviaram mensagens ao debate, lembrou que a contenção de recursos do Orçamento da União está prejudicando

áreas como a de energia.

— O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de silício, matéria-prima da confecção das placas fotovoltaicas. Igualmente é um país com 30% mais recebimento de luz solar que a China. Entretanto, a produção mundial de placas fotovoltaicas está concentrada na China, e o Brasil está importando as placas — disse.

Hélio José e Maria Lucia também criticaram a Medida Provisória 814/2017, que permite a privatização da Eletrobras e suas subsidiárias. Para o senador, a MP terá como consequência a privatização dos rios que abastecem as usinas hidrelétricas.

Autor do requerimento para o debate, ele avaliou ainda que o momento político conturbado tem aumentado as incertezas econômicas do país.

Também participaram do debate o presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Júlio Miragaya, o professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do CNPq José Luís da Costa Oreiro e o presidente da União Planetária, Ulisses Riedel.

## Relatório sobre petróleo do pré-sal será lido hoje

O senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) vai apresentar hoje seu relatório sobre a medida provisória que permite a venda direta do petróleo extraído da camada do pré-sal em posse da União. A reunião da comissão mista encarregada de analisar a MP 811/2017 está marcada para as 15h.

A medida provisória permite à empresa pública Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) comercializar diretamente o petróleo de propriedade da União extraído da camada do pré-sal.

A lei que criou a estatal determinava que a entidade precisava contratar uma empresa

especializada intermediária para a venda da produção.

Se aprovado com emendas pela comissão mista, a MP será transformada em projeto

de lei de conversão e seguirá para votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados, para depois ser analisada pelo Senado.



Medida provisória em debate permite venda direta de petróleo do pré-sal

## Possível fechamento de fábrica de fertilizantes é tema de debate

A possibilidade de fechamento das unidades da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) pela Petrobras em Sergipe e na Bahia será tema de audiência pública que a Comissão de Agricultura (CRA) realiza hoje.

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, é um dos convidados. Além dele, também estão na lista de participantes o presidente da Petrobras, Pedro Parente, e os governadores de Sergipe, Jackson Barreto, e da Bahia, Rui Costa.

O senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), que pediu a audi-

ência, informa que recebeu a informação da Petrobras sobre o possível fechamento das unidades da Fafen. Ele argumenta que a medida poderá provocar prejuízos à economia da região, com a extinção de milhares de empregos e a falência de empresas do segmento. O senador afirma também que a decisão pode colocar em risco a soberania do povo brasileiro. Ele destacou que 48% do fertilizante nitrogenado é produzido em Sergipe.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Planos de TV podem ter que ampliar transparência

Projeto que obriga as prestadoras de serviços de telefonia, internet e TV paga a adotar um modelo de organização e apresentação de informações técnicas e de preços que facilite a compreensão pelo usuário está na pauta de hoje da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O PLS 662/2011, da senadora Ângela Portela (PDT-RR), delega à Anatel a competência de classificar e organizar a oferta dos planos e preços dos serviços prestados. A intenção é facilitar a compreensão, a

comparação e a seleção do produto mais adequado ao perfil de cada usuário.

O projeto também classifica como condutas prejudiciais à concorrência a omissão de informações técnicas e de preços, além da oferta de serviços em formato que dificulte a comparação com opções do mercado.

O relator, senador Paulo Rocha (PT-PA), sugere que o projeto seja aprovado apenas com uma emenda de redação, sem as mudanças introduzidas pela Comissão de Transpa-

rencia (CTFC). Para ele, as emendas descaracterizam o texto.

Depois de passar pela CCT, o projeto poderá seguir direto para análise da Câmara, se não houver recurso.

A CCT também deve votar, em turno suplementar, o substitutivo ao PLS 167/2014, que autoriza o armazenamento eletrônico de prontuários médicos em hospitais. Como a decisão tem caráter terminativo, o projeto seguirá para a Câmara, se não houver recurso.

## Comissão vota incentivo para aviação civil na região amazônica

Projeto que incentiva a aviação civil na Amazônia está na pauta de hoje da Comissão de Infraestrutura (CI). Segundo o PLS 428/2016, os recursos do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional e do Fundo Nacional de Aviação Civil serão prioritariamente aplicados na região amazônica.

Pelo texto, as rotas devem ter origem ou destino na região, em sua infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil.

Autor da proposta, o senador

Jorge Viana (PT-AC) lembra que a Amazônia é a região com mais localidades de difícil acesso. Para ele, o desenvolvimento da aviação civil é essencial para o transporte de bens fundamentais, como medicamentos e alimentos, e para a integração das comunidades amazônicas.

O projeto tem o apoio do relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Se aprovado, o texto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

# Especialistas defendem fim do teto de gastos

Falta de investimentos em segurança tem impacto na saúde pública, que precisa de mais recursos, afirmaram participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos

**ESPECIALISTAS QUE PARTICIPARAM** de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) pediram a revogação da emenda constitucional que limita os gastos públicos em saúde, segurança e educação (EC 95, de 2016). A audiência teve o objetivo de debater os efeitos do corte de verba na segurança, com foco na saúde pública.

A representante do Departamento de Estudos de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Patrícia Constantino, disse que a falta de investimentos em segurança impacta a saúde.

— A violência é a terceira causa de mortalidade geral no país e a primeira causa na faixa etária de 5 a 49 anos, com vítimas preferenciais entre jovens e negros.

Integrante do Conselho Nacional de Saúde, o professor Heleno Correa Filho lembrou que, em defesa dos recursos da saúde, milhares de pessoas assinaram um documento pela revogação da Emenda 95.

— Tudo aquilo que é produzido como iniquidade, como injustiça fora da saúde, cai dentro da saúde, porque é lá que pessoa morre, é lá que a pessoa sofre seus últimos momentos de dor. Essa emenda tem que ser revogada, ela é uma forma de violência. E o Conselho Nacional de Saúde denuncia o processo de rapina do Sistema Único de Saúde.

Com falta de segurança e sem investimentos na saúde, o problema se agrava, observou o pesquisador da Fiocruz e diretor do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, Carlos Fidelis da Ponte. Ele criticou a intervenção



Paim (5º à esq.) conduz debate com Valéria Buriti, Darci Frigo, Carlos da Ponte, Paulo Garrido, Patrícia Constantino, José Leonídio Santos e Heleno Correa

federal no Rio de Janeiro e defendeu medidas eficazes e articuladas que garantam o bem-estar da população.

— Nós, da Fiocruz, defendemos uma intervenção. Mas uma intervenção cidadã, distante em tudo do uso indiscriminado da força. Aquelas pessoas são cidadãos e devem ser incorporadas nos marcos da cidadania, e não colocadas em guetos, num apartheid social.

Ao apoiar a revogação da emenda, o vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), defendeu maior inclusão social como medida contra a violência.

— Acho que o Brasil quer a possibilidade de rever a Emenda 95 e, ao mesmo tempo, reforçar as políticas de inclusão, de recuperação, e não somente a política do predo, mato e arrebento, que não leva a lugar nenhum — disse o senador.

Também participaram representantes do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, da Defensoria Pública e de comunidades do Rio.

## Para debatedores, prisão de Lula visa retirar direitos sociais

A prisão do ex-presidente Lula também foi discutida na audiência de ontem na CDH.

Para Edson Diniz, da ONG Redes da Maré, que atua no Rio, a democracia brasileira passa por seu maior teste desde a redemocratização. Ele vê a prisão de Lula, o assassinato da vereadora Marielle Franco e a intervenção na segurança do Rio como fatos politicamente interligados, que visam enfraquecer as forças progressistas. Diniz avalia que esse processo nasceu a partir da eleição de Dilma Rousseff em 2014, fato que, afirmou ele, não foi aceito por setores da elite, que tiveram a oportunidade de impor suas agendas a partir do impeachment da ex-presidente.

— Tudo o que temos passado nos últimos dois anos é fruto de uma opção política desses setores da sociedade, que são muito poderosos. É um projeto de rearranjo das funções do Estado brasileiro, que abandona a lógica de

inclusão estabelecida pela Constituição de 1988 e passa a focar inteiramente em atender o mercado financeiro. O estabelecimento de um teto para investimentos públicos e na área social, conjugado a cortes profundos em todos os programas sociais, é a materialização desse projeto — disse.

Para Heleno Correa Filho, a opressão estatal contra os setores menos privilegiados da sociedade vem se aprofundando desde 2016.

— A violência estatal cumpre agora uma função política, que não respeita mais as normas legais — afirmou o professor.

### “Processo golpista”

Valéria Buriti, da Plataforma Dhesca de Direitos Humanos, também avalia a prisão de Lula como o aprofundamento de um “processo golpista” que visa reconcentrar ao máximo o acesso à renda e ao poder na sociedade brasileira. Ela entende que esse processo

possui um teor “altamente racista”, pois afeta gravemente o acesso de pessoas negras e pobres às políticas públicas.

O vice-presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Darci Frigo, criticou o Judiciário por “vir se dedicando a criminalizar os setores que lutam contra a retirada de direitos”. Ele considera a prisão de Lula “a manifestação máxima dessa opção política” a favor da elite.

Com dados de 2016, Frigo disse que 44% do Orçamento já é destinado ao pagamento de juros ao mercado financeiro, percentual muito superior ao destinado às áreas sociais.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz, Paulo Garrido, também criticou a atuação do Judiciário.

Para o senador Paulo Paim, a reforma da Previdência também estaria dentro da lógica de transferir recursos do povo ao mercado financeiro.

## Vanessa Grazziotin defende Lula e diz que Constituição foi rasgada

O Brasil não vive tempos de normalidade, nem uma situação de plena democracia, afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Segundo ela, o país vive um processo de “profunda crise política, econômica e institucional”, que só será solucionada com a participação popular.

Ela defendeu o ex-presidente Lula, preso no fim de semana por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Vanessa afirmou que Lula é inocente e que, com sua prisão, a Constituição foi rasgada.

— Espero que, rapidamente, o Supremo se reúna novamente para rever a decisão.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Paim pede que STF julgue legalidade de prisão após 2ª instância

Paulo Paim (PT-RS) disse esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue com rapidez as duas ações declaratórias de constitucionalidade que questionam a legalidade da prisão dos condenados em segunda instância.

Ao clamar por liberdade para Lula, o senador afirmou que a Justiça não respeitou prazos nem garantias legais antes de decidir pela prisão do ex-presidente. Ele disse que ainda restava à defesa a possibilidade de outros recursos.

— O país está paralisado em todos os sentidos, com fortes ares de fragmentação. A justiça sendo seletiva, decisões parciais, a democracia sendo atacada e uma economia que se retrai cada vez mais.

## Requião avalia que Supremo Tribunal deve mudar entendimento

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a condenação e a prisão de Lula. Para o senador, a prisão foi injusta e desrespeitou a Constituição.

Requião afirmou que o ex-presidente não está “acima da lei”, mas também não pode estar “abaixo dela”.

— Acredito que o Supremo Tribunal Federal vai validar a Constituição. Senão, estaria se transformando num tribunal de arbítrio. E daí teríamos de tomar providências. Não se trata de revanche, mas se trata da defesa do Estado de direito e da defesa do próprio Congresso — disse Requião.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Condenação do líder petista atinge todos os cidadãos, afirma Viana

Para Jorge Viana (PT-AC), o Brasil vive uma crise institucional e o STF precisa julgar a constitucionalidade da prisão em segunda instância, de modo a “pacificar o país”, libertando o ex-presidente Lula. A condenação do líder petista atinge todos os cidadãos, por ter sido motivada pelo “desprezo às leis”, disse o senador.

— Vão seguir com essa ação injusta, preconceituosa, odiosa de encarcerar o maior líder que este país tem, um dos maiores presidentes da República da história e um homem que mudou para melhor a vida das brasileiras e dos brasileiros?



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Regina alerta para risco de atentados contra ex-presidente

Regina Sousa (PT-PI) avaliou que Lula pode estar correndo perigo. Ela destacou que rojões foram lançados para atingir o helicóptero que transportava o ex-presidente a Curitiba e que apoiadores do ex-presidente foram massacrados pelas forças de segurança no Paraná.

Para a senadora, a população questiona por que o combate à corrupção chega apenas a Lula em ano eleitoral.

— Como é que fica a consciência brasileira tendo Lula impedido de concorrer e o senador Aécio e o Temer sendo candidatos, com todas as provas contra eles?



Waldemir Barreto/Agência Senado